

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO LECTIVO DE 2016-2017 - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Discurso do Presidente, Prof. Doutor David Justino

SUA EXCELÊNCIA SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Senhores Secretários de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Senhores Deputados

Antigos Presidentes do Conselho Nacional de Educação

Senhores dirigentes dos Ministérios da Educação e da Ciência, tecnologia e Ensino Superior

Senhores Conselheiros

Minhas Senhoras e meus Senhores

Começo por manifestar a Vossa Excelência, Sr. Presidente da República, o reconhecimento pela sua presença nesta sessão solene do Conselho Nacional de Educação que assinala o início do ano lectivo de 2016-2017. Em meu nome pessoal e em nome do CNE quero expressar-lhe quanto nos honra ter o mais alto Magistrado da Nação a presidir a esta sessão.

Trata-se de um acto cuja regularidade, na história do CNE, se restringe aos últimos três anos. Quando propus ao Plenário do Conselho Nacional de Educação a realização desta cerimónia o meu propósito centrava-se na urgência de encontrar uma alternativa ao que alguns designavam não por “abertura do ano lectivo”, mas por “abertura das hostilidades”. Logo após a “rentré partidária” tinha lugar a “rentré escolar” que em nada ficava atrás na crispação dos discursos nem da espetacularidade mediática daquela.

O nosso propósito era, assim, o de assinalar o novo ano escolar com a serenidade que a reflexão sobre os problemas da educação exige e com o recato que o espírito de compromisso requer.

Decerto que não terá sido por esse propósito que a abertura do presente ano lectivo foi surpreendentemente normal, mas a imagem positiva que fica só nos poderá alimentar a esperança que tal venha a repetir-se por muitos e bons anos.

Serenidade e recato são dois valores institucionais que o CNE preserva, mas enquanto órgão de aconselhamento do Estado sobre a diversidade de problemas e desafios que se colocam ao sistema de ensino em Portugal, cabe a este Conselho a sua avaliação regular e sistemática, bem como a produção cientificamente conduzida de conhecimento sobre educação.

Para isso exige-se rigor e isenção. Rigor no tratamento da informação disponível e isenção que não deverá ser confundida com neutralidade.

O CNE tem feito um esforço notável para qualificar a sua acção e concretizar a sua missão. Quer através de estudos, quer na realização de conferências, seminários e debates onde marcam presença os melhores especialistas nacionais e estrangeiros, temos tentado realizar a ambição de transformar este Conselho na Casa Comum da Educação, aberta a todos quanto se interessam pelas problemáticas do ensino, da aprendizagem, da formação e da investigação científica.

Acreditamos que se trata de um contributo inestimável para a qualificação da decisão política, nomeadamente através da sua sustentação em evidência e análise rigorosa, na reflexão e debate indispensáveis à convergência e ao compromisso entre os diferentes parceiros e, por último, mas não menos importante, na criação de um clima de confiança e estabilidade que permita conferir sentido de futuro às políticas públicas.

Nesta perspectiva, o CNE tem centrado a sua actividade nos problemas estruturais da educação e, tanto quanto possível, tem-se inibido de contribuir para a turbulência que as conjunturas políticas sempre alimentam. São esses problemas estruturais que

eu pretendo identificar de forma sintética, porque são esses os desafios mais difíceis de superar nas próximas décadas.

Em primeiro lugar, a quebra demográfica. Desde 2008 o número de nascimentos reduziu-se em 20% e nem a ligeira recuperação registada em 2015 conseguiu disfarçar o forte impacto que se repercutirá sobre os próximos anos. Mais grave ainda, é o facto dessa quebra se distribuir de forma muito desigual no território. Ora, esta desigualdade já tem incidência sobre a rede de escolas, onde a desertificação dos meios rurais e do interior contrasta com a sobrelotação de muitos estabelecimentos de educação e ensino nos maiores centros urbanos. Este desequilíbrio, para além dos problemas que coloca à coesão do território e das comunidades locais, gera problemas acrescidos à gestão racional da infraestrutura, dos recursos humanos e à qualidade das aprendizagens.

Num estudo recente o CNE teve oportunidade de chamar a atenção para o considerável número de turmas do 1º ciclo com mais de um ano de escolaridade. As chamadas turmas mistas que integram alunos de 2, 3 e mesmo 4 anos de escolaridade na mesma sala, dificilmente representam um avanço na qualidade do ensino e da aprendizagem, especialmente num ciclo com um poder tão estruturante dos trajetos escolares. Compreendemos a resistência das populações e das autoridades locais em encerrar escolas com poucos alunos, mas não poderemos aceitar o recurso

a uma solução que comprovadamente não promove as boas aprendizagens e o sucesso escolar.

Em segundo lugar, continuamos a lidar com um sistema de ensino altamente selectivo e muito longe da concretização do princípio da equidade. As elevadas taxas de retenção e insucesso escolares, bem como o considerável abandono, são os melhores indicadores da reduzida eficácia social da escolarização.

Existem, entretanto, sinais positivos quanto ao abandono escolar precoce: de cerca de 45% apurados durante o ano de 2001 passámos, em cerca de 15 anos, para 13,7%, tornando, assim, mais próximo e mais viável o objectivo de redução a 10% em 2020. Permita-me, Sr. Presidente, que destaque o facto de que não há nenhum país da Europa que tenha registado semelhante evolução. Esta evolução só tem um significado: a sociedade portuguesa valoriza mais a escola.

Registo, igualmente, com agrado e justificado motivo de esperança a convergência que se gerou entre as diferentes forças políticas quanto à necessidade de se desenvolverem políticas activas de intervenção precoce e de promoção do sucesso escolar. Da mesma forma cumpre-me assinalar o facto de essas políticas assumirem estatuto de prioridade na acção do actual governo. Trata-se de um desafio que dificilmente se ganhará num ano, numa legislatura ou numa década, pelo que se exige continuidade e

persistência, só possível através de um compromisso estável e consensualizado.

O insucesso escolar não é uma inevitabilidade e a prática generalizada da retenção escolar não é nem um sinal de rigor nem de exigência. O problema está na cultura instituída de que só passa quem sabe, quando poucos se questionam porque não sabem os nossos alunos que não passam. O problema poderá estar na forma como se ensina, mas, mais importante, está decerto na forma como não se aprende. Na maior parte dos casos, a retenção transforma-se em exclusão, em estigma e em insucesso reiterado. São poucos os alunos que tendo sido retidos conseguem recuperar o que não aprenderam e que retomam um trajeto de sucesso escolar.

Quer pelo abandono, quer pela retenção escolares, o que estamos a fazer é destruir capital humano e a desperdiçar qualificações. Mais grave ainda, estamos a alimentar os mecanismos que mais tarde, na vida activa, vão sustentar as desigualdades de distribuição de rendimento e da riqueza. Pensar que as desigualdades se resolvem exclusivamente com as políticas sociais e de rendimentos, é um engano que nos sai muito caro. Por alguma razão Portugal é dos países da Europa onde as desigualdades de distribuição dos salários, do rendimento e da riqueza são mais acentuadas. Diga-se também que não é uma consequência recente, nem da crise económica, nem da

austeridade. Há mais de 30 anos que os indicadores nos remetem para essa posição. É um problema estrutural da economia e da sociedade portuguesas, cuja raiz mais consistente são as desigualdades educativas.

Em terceiro lugar cumpre-nos falar dos professores. O maior desafio que enfrentamos está no progressivo envelhecimento do corpo docente: no ano lectivo de 2014-2015, 43% dos professores tinha 50 ou mais anos, e os do 2º ciclo, em particular, representavam 46%. Se é verdade que professores mais experientes constituem uma vantagem, não poderemos esquecer que professores com carreiras de 25 e mais anos são mais sensíveis aos problemas da pequena indisciplina e revelam maior cansaço e desmotivação. Por outro lado, sabendo nós que um dos factores mais decisivos para o desenvolvimento profissional dos novos docentes é a formação induzida pela socialização com os seus pares mais experientes, arriscamo-nos a criar um desequilíbrio geracional pouco favorável à qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

Reconhecemos que esta situação é condicionada pelas políticas de contenção da despesa pública e pela quebra demográfica. São constrangimentos que não poderão ser ultrapassados a curto prazo, mas seria avisado que desde já se definisse uma estratégia minimamente concertada visando o reequilíbrio progressivo e sustentado desta assimetria.

Se o envelhecimento do corpo docente é uma condicionante também poderá ser entendida como uma oportunidade. Durante os próximos quinze anos teremos a possibilidade de rejuvenescer pelo menos uma parte desses 43% que se aposentarão e de integrar muitos dos cerca de 20 mil professores contratados em situação de desemprego acrescidos dos novos diplomados pelos estabelecimentos de ensino superior que entretanto se candidatarão. Trata-se, entretanto, de uma oportunidade que coloca um novo problema: os actuais critérios de seriação e recrutamento dos candidatos garantem a qualidade e o mérito dos novos profissionais? Não o cremos!

Sendo previsível que o número de candidatos será sempre superior às necessidades de contratação, o Estado e a escola pública têm ou não o dever, eu diria mesmo “a obrigação”, de seleccionar os melhores professores? Se é certo que uma prova de despiste de conhecimentos não permite identificar um “bom professor”, o mesmo poderemos dizer de uma classificação final de curso ou do acumulado de tempo de serviço prestado. Estamos sempre perante soluções de limitada justiça e equidade.

Trata-se de mais um domínio a precisar de reflexão, estudo e debate que sustentem soluções assentes em compromissos que requerem serenidade, tempo e recato, de forma a que o diálogo não seja uma mera sucessão de monólogos.

Por último, impõe-se falar das oportunidades.

O sistema educativo português registou nos último quinze anos uma evolução globalmente positiva.

- Aumento da escolarização média da população adulta, recuperando um atraso de séculos.
- Redução sustentada do abandono escolar.
- Progresso assinalável nos resultados obtidos por alunos portugueses em testes internacionais.
- Aumento das qualificações médias e superiores.

Destaque-se o facto de o ensino superior ter aumentado em 25% o número de diplomados e multiplicado por três o número de doutorados, nesses quinze anos. Rompeu-se, assim e em definitivo, com a dimensão elitista das qualificações superiores.

O problema está, entretanto, no facto de ao aumento das qualificações geradas pelo sistema de ensino, a economia não correspondeu com o mesmo ritmo e proporção. Se houve progresso na evolução do sistema de ensino, já no domínio da economia a palavra mais adequada para caracterizar os últimos quinze anos não pode ser outra senão a de estagnação.

Uma economia estagnada não gera oportunidades. Se as qualificações crescem e o sistema de oportunidades se fecha, as consequências deste desequilíbrio ficam bem à vista de todos: desemprego, sub-emprego, emigração dos mais qualificados, baixa real dos salários, precariedade das relações laborais.

Num artigo recentemente publicado, um professor catedrático português emigrado na Universidade de Austin (Texas) estimava em 1.200 milhões de euros por ano a perda que representa a emigração dos mais qualificados. Permita-me Senhor Presidente que recorra a um termo futebolístico para caracterizar esta perda: são transferências a custo zero depois de duas décadas de investimento na formação destes jovens altamente qualificados.

Sr. Presidente da República, precisamos de crescimento económico “desesperadamente”.

Sem oportunidades, perde-se o forte investimento realizado na formação das novas gerações. Mas mais grave, perde-se o sentido do futuro e acabamos por dar razão àqueles que em surdina proclamam que este país ... não é para novos.

O sistema educativo tem ainda uma razoável margem de progressão e de qualificação. Estou convencido que todos estão disponíveis para encontrar as melhores soluções e não se pouparão a esforços para as desenvolver. O Conselho Nacional de

Educação, pela sua composição e pela missão inscrita na sua lei orgânica que quase trinta anos de actividade permitiram consolidar, quer contribuir para encontrar essas soluções.

Precisamos apenas de um rumo e uma esperança inabalável de vencer esses desafios.

Muito obrigado.